

O longo amanhecer

BARBOSA LIMA SOBRINHO*

Com esse título, a Paz e Terra acaba de editar um opúsculo reunindo sete ensaios de Celso Furtado com reflexões sobre a formação do Brasil. Uma síntese excelente, tratando de indagações vitais: "Que nação estamos construindo? O que reserva o futuro para a economia brasileira num mundo globalizado, onde cada vez menos um governo pode interferir nos rumos que são dados ao nosso país?"

Se pode parecer impossível fugir dessa realidade cruel, globalizante, também não se pode fechar os olhos para as graves consequências sociais que a política brasileira tem gerado sob a alegação de que os efeitos das recentes transformações estão em toda a parte do planeta, mesmo que talvez como um modismo passageiro. Já no prefácio, o autor mostra sua preocupação com a perda de importância dos Estados nacionais para dar lugar mais às empresas transnacionais, multinacionais e mesmo regionais. Defende que, especialmente numa época de transição, como a atual, é indispensável preservar a margem de autonomia (do Estado) que "nos permita utilizar o peso internacional do Brasil". "A economia mundial é um sistema de poder engendrado historicamente, portanto, em transformação. Esse poder pode ser virtual: o caso do Brasil é típico pela diferença que existe entre o poder que permanece virtual e aquele que se realiza plenamente". E acrescenta com uma latente insatisfação, realidade dos nossos dias: "Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser".

O trabalho faz uma síntese histórica pelo que passou a economia brasileira, com alguns tópicos que não podemos deixar de mencio-

nar. Trata do retorno do processo de endividamento externo, o que nos leva, novamente a correr "o risco de uma moratória catastrófica, que parece ser o objetivo dos que se empenham em liquidar o que resta do patrimônio público (leia-se Petrobras) e em ceder a instituições supranacionais o comando do sistema monetário brasileiro (leia-se dolarização)". E sobre o sistema financeiro diz ele: "Se privatizarmos o atual sistema bancário controlado pelo governo (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), estaremos em realidade transferindo para o controle privado os instrumentos da política econômica, o que significa tornar sem função o Banco Central".

E como chegamos a essa situação? Era de se prever, responde Celso Furtado, quando o governo atual, defendendo apenas a estabilidade de preços, deixou ocorrer um grave desequilíbrio na balança de pagamentos. Em lugar de outras medidas mais adequadas, privilegiou-se a estabilidade de preços, buscando o endividamento externo de curto prazo mediante a elavação exorbitante das taxas de juros. Resultado: "Redução de investimentos produtivos e uma hipertrofia dos investimentos improdutivos. O país começou a projetar a imagem de uma economia distorcida que se endivida no exterior para financiar o crescimento do consumo e investimentos especulativos, alienando o patrimônio nacional mediante um programa de privatizações."

Quase ao final do seu trabalho, encontramos sugestões para superar a crise, ou melhor, medidas que possam reverter o quadro, providências a longo prazo com objetivos abrangentes e que podem parecer um tanto contraditórias do ponto de vista da lógica econômica convencional, embora, e é o que importa, sejam coerentes do ponto de vista político. E,

como exemplos, cita dar prioridades:

1 - à solução do problema da fome e subalimentação;

2 - à concentração de investimentos no aperfeiçoamento do fator humano de forma e elevar o nível de cultura da massa da população e ampliar a oferta de quadros técnicos;

3 - à conciliação do processo de globalização com a criação de empregos, priorizando o mercado interno nos investimentos e a aquisição de tecnologia nas importações.

E o trabalho finaliza alertando que o processo de globalização interrompeu o nosso avanço na conquista de autonomia para a tomada de decisões estratégicas. E avisa: "Se submergirmos na dolarização, estaremos regredindo ao estatuto semicolonial."

Não posso discordar do mestre da Sorbonne. E, afinal, são as mesmas colocações e idéias que venho defendendo há tantas décadas em quase todos os meus trabalhos. O que posso é ter uma dose um pouco maior de esperança no futuro do país. E creditar ao senhor tempo o dom de esclarecer melhor a grande parte da opinião pública brasileira que ainda insiste apenas na louvação de um liberalismo pífio, como até o próprio diretor-gerente do FMI reconheceu. Chego a acreditar que o amanhecer não precisará ser tão longo e que logo cairá por terra esse castelo de cartas armado pelas nações poderosas. E, aí, poderemos ter governantes e dirigentes mais brasileiros, mais voltados para o social, para o lado humano da economia política. Mas, por enquanto, é preocupante não se saber até que ponto os brasileiros estão conscientes de que o Brasil está sendo vendido a retalho, com sua convivência e passividade.

*Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)